



APRESENTAÇÃO

Impacto das ações afirmativas nas universidades brasileiras

Edinéia Tavares Lopes¹
Raimunda Maria Rodrigues Santos²
Rosemberg Ferracini³

O Conselho Editorial da **Revista Fórum Identidades** lança o volume 40, número 1, referente, referente ao segundo semestre, julho-dezembro, de 2024, que é composto por um Dossiê: **Impacto das ações afirmativas nas universidades brasileiras** e uma Seção Livre com artigos das áreas de Educação, Letras e Artes. Passada mais de uma década da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, e das diversas experiências em sua implementação, os artigos que compõem este volume o Dossiê debatem as diferentes possibilidades das ações afirmativas no ensino superior, estabelecem diálogos entre diversas áreas e saberes que nesse contexto são fundamentais para se compreender a complexidade dessas ações e seus efeitos transformadores na sociedade, bem como as resistências construídas em diferentes espaços em defesa desta política, a partir dos impactos na gestão de processos nas Universidades, uma vez que, além de definir parâmetros inclusivos de acesso, as ações afirmações incidem em medidas educacionais que garantem a permanência, o êxito acadêmico e a participação desse público historicamente excluído nos órgãos de representatividade.

O Dossiê é composto, em sua maioria, por artigos resultantes de pesquisas realizadas por pesquisadoras(es) do projeto **Caleidoscópio das ações afirmativas: avaliações, experiências e alcances das políticas de cotas nas universidades públicas**⁴ (CNPq – Chamada Pública no. 40/2022 Pró-Humanidades 2022). Portanto esse volume reúne textos produzidos por pesquisadores(as) de diversas universidades brasileiras das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste que se dedicam à análise e compreensão das diferentes experiências decorrentes da Lei de Cotas. Os textos selecionados discutem essa temática com recortes espaciais que possibilitam a leitora e ao leitor uma visão, mesmo que parcial, sobre a aplicação da Lei de Cotas em diferentes estados brasileiros.

¹ Profa. do DQCI de Itabaiana, vinculada ao NEABI, professora permanente do PPGE/CIMA e PPGED-UFS. E-mail: edineia.ufs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3842-2092>.

² Profa. do PROFEPT-IFRR. E-mail: raimundarodrigues@ifrr.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4798-7351>.

³ Prof. do PPGE/UFTM-Uberaba. E-mail: rosemberg.ferracini@uftm.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1203-8893>.

⁴ Coordenado pelo prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves – UFABC.

Na Seção Livre, temos um conjunto de textos voltados para análise de questões educacionais a partir de diferentes áreas do conhecimento como Literatura, Teatro e História. Esses artigos destacam a questão das novas abordagens sobre as contribuições dos estudos afro-diaspóricos e suleados para a revisão dos discursos hegemônicos.

O primeiro artigo do Dossiê, intitulado **Cotas universitárias e afirmação da identidade racial**, de autoria de Gabriel Gustavo dos Santos, Maria Nilza da Silva, Alexsandro Eleotério Pereira de Souza e Mariana Aparecida dos Santos Panta, se baseia em autores como Guerreiro Ramos (1995), Neusa Souza Santos (1983), Kabengele Munanga (1999) e Kathryn Woodward (2012), para discutir os impactos subjetivos do acesso à universidade por intermédio da política de cotas no que se refere ao desenvolvimento de uma identidade racial afirmativa por parte dos estudantes. Baseou-se em três depoimentos de dois jovens negros e uma estudante indígena, selecionados de um total de 21 entrevistas. O texto demonstra que a universidade, quando aberta à sociedade brasileira via equidade racial, gera não só a afirmação étnico-racial, como também de gênero, sexual, de classe e de tantos outros marcadores que, cotidianamente, se interseccionam interferindo negativamente na vida dos indivíduos.

A análise da adoção de cotas raciais e sua eficácia na redução das desigualdades raciais, com foco no sul do Brasil, região caracterizada por uma predominância de população branca e por desafios relacionados ao racismo estrutural, é realizada por Luciana Garcia de Mello e André Luiz Vieira Dias, no artigo intitulado **Ações Afirmativas e Redução das Desigualdades Raciais nas Universidades Estaduais do Sul do Brasil**. Para esta análise, utilizam os microdados do Censo da Educação Superior e avaliam a evolução do número de estudantes negros (pretos e pardos) nas universidades estaduais da região, destacando as diferentes trajetórias de implementação dessas políticas nas instituições foco da investigação. Constatam que as iniciativas ainda são relativamente recentes, o que pode indicar uma maior resistência à adoção de cotas raciais, e que, mesmo que tenha ocorrido aumento na proporção de pessoas pretas e pardas nessas universidades, a fragilidade dos dados disponíveis dificulta uma melhor avaliação do impacto da política.

Glauber Carvalho da Silva e Laura Moutinho, em seu artigo **Ações afirmativas para pessoas trans e travestis: um processo não pacificado**, discutem as medidas de inclusão adotadas em instituições de ensino superior públicas para atender demandas da população trans e travestis, considerando a perspectiva interseccional como referencial para a compreensão do alcance das políticas de ações afirmativas na garantia da presença e permanência dos corpos e identidades dessa parcela da sociedade brasileira nas universidades. Os resultados indicam que 54 universidades federais (78,3%) possuem uma política de ações afirmativas para os

seus programas de pós-graduação; em nove (09) não foram implementadas, correspondendo a 13%; e não obtiveram informações sobre a aplicação dessa política em seis (06) universidades (8,7%). Ressalta-se que os autores consideraram variáveis quantitativas e qualitativas para analisarem a estruturação de reserva de vagas nos programas de pós-graduação das diferentes universidades federais. Em relação à reserva de vagas para pessoas trans e travestis como ação afirmativa nas universidades, constatam que, quando implementada, configura-se como tentativa de reverter anos de discriminação e violência histórica à essa população ou pela ampliação da produção de conhecimento sobre diversidade no país.

O texto **Ações afirmativas e discursos conectados: público emergente e pautas insurgentes**, de Ana Carolina Costa dos Anjos e Dulcilei da Conceição Lima, consiste em uma revisão da literatura sobre a agência criativa de mulheres negras em espaços midiáticos da internet. As autoras relacionam a produção escrita das mulheres negras em plataformas online ao processo de formação de um quadro de intelectuais, iniciado com a mobilização dos coletivos negros universitários. Além disso, convidam os leitores a refletirem sobre a importância da presença dos discursos de mulheres negras em uma série de debates sobre questões raciais, de gênero e sexualidade que circulam na internet, bem como sobre as condições de produção que interferem diretamente no potencial de circulação de discursos antirracistas e feministas.

Lídia Carla Araújo dos Anjos e Edinéia Tavares Lopes refletem sobre **O Coletivo Negro Beatriz Nascimento (CNBN) e as práticas educativas (re)in-surgentes sobre as cotas raciais na UFS** e discutem os mecanismos de controle social da política de cotas raciais na Universidade Federal de Sergipe (UFS), considerando como recorte as contestações do CNBN sobre ações institucionais direcionadas ao acesso, à permanência e à participação de estudantes negras/os nessa instituição. O trabalho apoia-se na Investigação Ação Participativa e, inspiradas nas escrevivências de Evaristo (2020), utiliza-se da escrevi(experi)vivência para produção de dados. Adota os estudos decoloniais que debatem o racismo estrutural, o movimento negro educador e a educação transgressora e libertadora. As autoras destacam que as práticas de controle social foram intensificadas a partir da denúncia realizada ao Ministério Público Federal (MPF) sobre a omissão da instituição em fiscalizar esta política ao dificultar o registro das denúncias de falsas autodeclarações e desconsiderar como objeto de investigação as denúncias de fraudes das cotas raciais por perfil anônimo em uma rede social. Com base nos dados produzidos, concluem que as práticas educativas (re) insurgentes do CNBN impulsionaram a implementação da política de cotas raciais na UFS, resultando na ampliação do debate público sobre o tema, bem como na criação de Comissões de Heteroidentificação, responsáveis por acompanhar e monitorar a aplicação da política de cotas nos diferentes processos de seleção pública da UFS.

O artigo **Reescrevendo Histórias: Narrativas da CTI em Ações Afirmativas**, de autoria de Suely Aldir Messeder e Adriana dos Santos Marmori, apresenta reflexões acerca de como a Universidade do Estado da Bahia tem internalizado e gerenciado as ações afirmativas em sua estrutura, compreendendo que tais ações vão além da mera implementação de cotas, adotando uma perspectiva metodológica que integra múltiplas epistemologias. Dessa forma, pela identificação com o pensamento contracolonial, as reflexões teóricas mesclam-se com narrativas sobre as interseções entre Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e as políticas de ações afirmativas no contexto universitário, tendo como recorte eventos realizados pelas autoras, com destaque para os ocorridos no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Em suas conclusões, defendem que a CTI deve ser orientada por uma governança inclusiva, crítica e comprometida com a transformação social. Destacam ainda a importância do enfrentamento às desigualdades estruturais presentes nas inovações tecnológicas e nas demandas sociais.

No artigo seguinte, em **Academia, raça, gênero e decolonialidade**, Joaze Bernardino-Costa e Luíza Bigonha Saldanha propõem reflexões sobre a produção de conhecimento acadêmico de estudantes negras, indígenas e periféricas da Universidade de Brasília é analisada com o objetivo de entender de que forma esta transformou-se a partir da diversificação do corpo discente. O autor e autora assumem na elaboração do texto o esforço de valorização de outros saberes e outras formas de produção do conhecimento para além do pensamento colonial. Concluem que as contribuições das(os) estudantes que ingressaram na Universidade por meio da política de cotas, transformaram a realidade desse espaço e que a diversidade epistêmica passa a ser cultivada nos espaços das universidades e assinalam novas perspectivas e maior profundidade dessas discussões. Refletem sobre o monitoramento, avaliação e fortalecimento das políticas de ações afirmativas e ressaltam a escassa presença de estudantes negros, indígenas, quilombolas, PCDs nos programas de pós-graduação e na docência das universidades brasileiras. Destacam ainda a importância de se discutir a promoção da diversidade e inclusão no corpo docente e nos cursos de mestrado, doutorado e especialização. Defendem ainda, na superação de uma universidade menos asséptica, que a implementação de cotas e criação de vagas adicionais para pesquisadoras(es) com diferentes trajetórias e experiências de vida representa um grande avanço.

Com recorte na Pós-Graduação e dialogando com o texto anterior, finalizamos este Dossiê com o trabalho intitulado **A dupla ausência da docência feminina negra e os impactos das ações afirmativas em cursos de pós-graduação**, do trio Tainah Mota do Nascimento, Marizete Lucini e Carla Meinerz. O artigo apresenta uma revisão de literatura em que analisam os resultados de pesquisas sobre a presença/ausência de mulheres negras na pós-graduação de diferentes universidades públicas brasileiras. A partir da leitura, as autoras tecem considerações sobre

a insistente pacto narcísico da branquitude no espaço docente do Ensino Superior, especificamente da pós-graduação brasileira. O debate encaminha-se para reflexões a respeito da relação entre a manutenção da supremacia branca e os desafios da implementação das ações afirmativas no Brasil.

A **Sessão Livre** é aberta com o texto **R-Existência e cura em Território Aquilombado: o Covid nos fez repensar nossas relações**, elaborado por Katucha Bento e Aline P. do Nascimento. As autoras abordam os modos de fazer e modos de existir no território do Quilombo Anastácia, onde se localiza o terreiro Ylê Asê de Yansã. Trabalharam interseccionalmente a questão racial, geográfica-espacial e socioeconômica na possibilidade de se tornar fatores de maior exclusão e alienação do grupo. Apresentam registros etnográficos acerca da compreensão da comunidade sobre existência, cura, território e as estratégias de solidariedade e resistência por ela adotadas no contexto da pandemia da COVID-19. Consideram, a partir das narrativas e descrições coletadas, que as práticas vivenciadas na comunidade estudada se orientam pela perspectiva decolonial.

No segundo texto, temos um estudo sobre história da educação, em **Pombal e a criação do seu próprio mito: o caso da historiografia educacional**, Luiz Eduardo Oliveira e José Eduardo Franco analisam o modo como o Marquês de Pombal passa a exercer controle sobre sua biografia, construindo seu próprio mito por meio de crenças e postulados que foram incorporados em algumas de suas narrativas historiográficas. Os autores traçam um panorama da historiografia educacional, comparando documentos da época e registros biográficos e autobiográficos do próprio Pombal, que comprovam que houve autopromoção do político português na divulgação de seus feitos.

Na continuidade, há um estudo sobre as contribuições do Teatro para a leitura literária no Ensino Médio, em **As técnicas teatrais e a formação do leitor**, Claudia Zilmar da Silva Conceição e Evelina Hoisel propõem práticas interartes para ampliar as estratégias da leitura do texto literário. Essa pesquisa foi feita por meio de um projeto de intervenção constituído por oficinas e apresentação de um jogral com textos de Ariano Suassuna em uma escola da Bahia. O artigo traz algumas reflexões sobre jogos teatrais propostas por Boal e Spolin para motivar o envolvimento dos alunos em oficinas teatrais. Além disso, as autoras exploram os conceitos de performance de Zumthor para as atividades de leitura dramática. Na continuidade da Seção Livre, temos um texto sobre **Os personagens parasitas nos romances de Machado de Assis**, de autoria de Iasmim Santos Ferreira e Alexandre de Melo Andrade, que propõem uma reflexão sobre como os personagens parasitas, das narrativas machadianas, mostram-se volúveis como por exemplo Viana, de *Ressurreição* (1872), e José Dias, de *Dom Casmurro* (1899). O artigo defende a tese que se trata de dois protótipos brasileiros do parasita da mesa conforme a tradição luciânica e os postulados por Gledson (2006), Santiago (2015) e Schwarz (1991).

Logo depois, em **“Projeto Identidades” na Educação Física: história de vida, identidades, ancestralidade**, Karoline Hachler Ricardo, Natacha da Silva Tavares e Elisandro Schultz Wittizorecki apresentam um estudo de valorização das identidades dos estudantes na disciplina Educação Física. O artigo analisa dados e metodologias aplicadas ao “Projeto Identidades”, que aconteceu em 2023 no Ensino Fundamental de uma escola municipal de Porto Alegre/RS. A abordagem teórica traz reflexões sobre o pensamento suleado e promove possibilidades de se (re)conhecer outras histórias e outras narrativas de mundo, abrindo espaço para as identidades relacionadas a nossas ancestralidades.

Ainda dentro da perspectiva dos estudos suleados, em **Uma escrita negra de resistência em *hibisco roxo* de Chimamanda Ngozi Adichie**, Débora Lopes dos Santos e Algemira de Macêdo Mendes analisam a escrita negra de Chimamanda Ngozi Adichie presente no romance *Hibisco Roxo*. Entre a base teórica, as autoras exploram os ensinamentos de Oyewùmí (2021), que defende e empoderamento da mulher negra; as contribuições de bell hooks (2018) acerca do racismo e da valorização da mulher negra. O artigo destaca que Adichie coloca a mulher nigeriana no centro das discussões que envolvem aspectos do colonialismo, do conservadorismo e das diferentes formas de silenciamento da mulher.

Com um olhar voltado para as questões estético-culturais, em **Body horror e resistência feminina em contos de Mariana Enríquez e María Fernanda Ampuero**, Fábio Farias Botelho e Daniel Serravalle de Sá apresentam um instigante estudo sobre as novas faces do horror na ficção latino-americana de autoria feminina. O estudo dedica-se ao estudo sobre o horror como uma estratégia de questionamento do machismo e resistência feminina diante da violência contra as mulheres nos contos “As coisas que perdemos no fogo”, Mariana Enríquez, e “Leilão”, de María Fernanda Ampuero. O artigo destaca que essas narrativas trazem um olhar ligado ao estranhamento do corpo humano, próprio do *body horror*, que está atralado à transformação degradante do corpo, passando pela decomposição e sua finitude. Os autores exploram as perspectivas de horror e *body horror* de Aldana Reyes (2014) e de abjeção, de Kristeva (1989).

Com mais este volume, esperamos que a leitura dos artigos do Dossiê e da Seção livre possa fortalecer os estudos em torno das políticas afirmativas voltadas para diferentes grupos sociais historicamente excluídos dos processos educacionais formais e construir conhecimentos que subsidiem investigações voltadas para a redução das desigualdades, com foco em estudos decoloniais e contracoloniais. Agradecemos imensamente aos participantes, colaboradores e leitores/as deste volume por compartilharem e divulgarem suas pesquisas e resultados na **Revista Fórum Identidades**.

Itabaiana, 30 de dezembro de 2024.